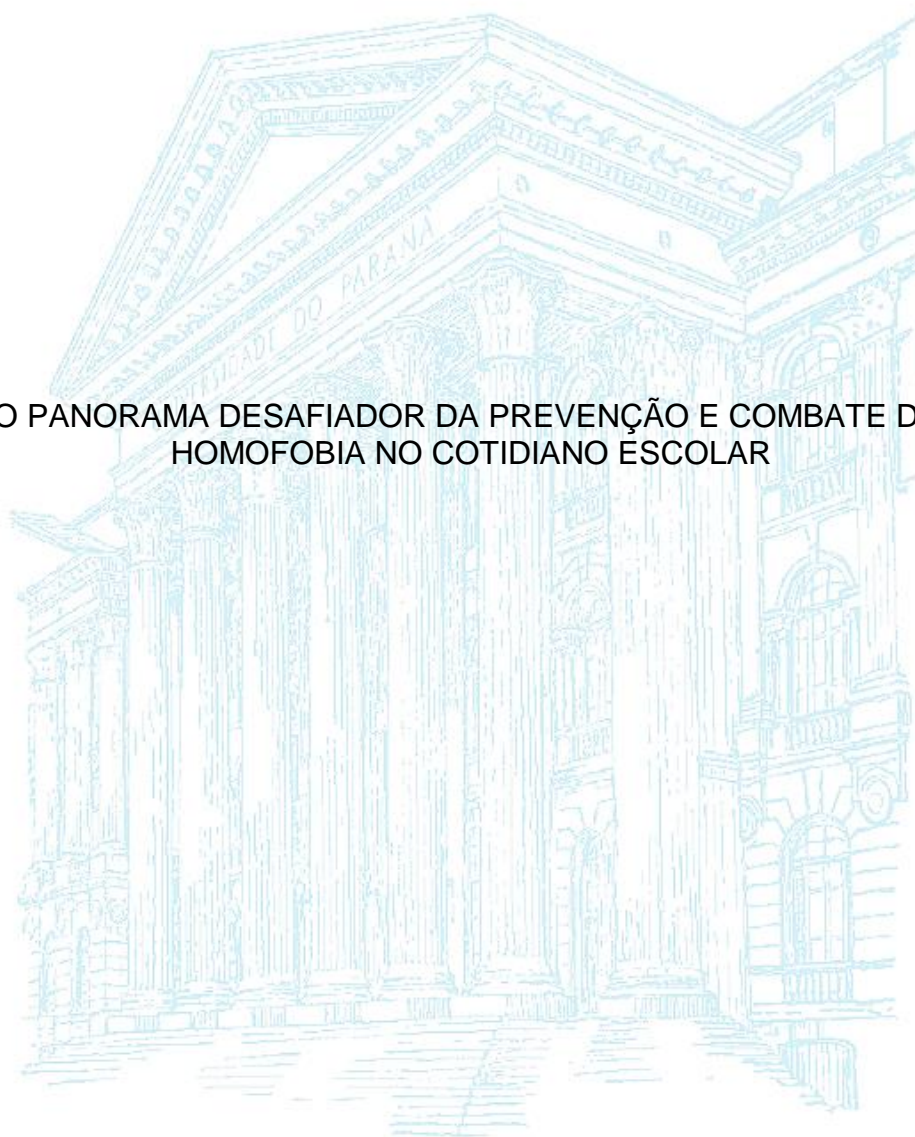


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RITA DE CÁCIA SPANEMBERG FISCHER

O PANORAMA DESAFIADOR DA PREVENÇÃO E COMBATE DA
HOMOFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR



LAPA
2016

RITA DE CÁCIA SPANEMBERG FISCHER

O PANORAMA DESAFIADOR DA PREVENÇÃO E COMBATE DA
HOMOFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: Prof.^a. Rita Estela Salino

LAPA
2016

O PANORAMA DESAFIADOR DA PREVENÇÃO E COMBATE DA HOMOFOBIA NO COTIDIANO ESCOLAR.

Fischer, Rita de Cácia Spanemberg¹; SALINO, Rita Estela²

¹Especializada em Gestão Escolar, Cipex; Professora da rede estadual de ensino, na disciplina de Língua Portuguesa, na cidade de Piraquara - PR. E-mail cassiaspanemberg@yahoo.com.br:

²Especializada em Direitos Humanos/UFPR - Litoral, Professora do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola/UFPR Litoral. E-mail: ritasalino@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo visa analisar as intervenções pedagógicas da comunidade escolar em relação a atos homofóbicos neste ambiente. Apresenta-se um levantamento oficial de 2012 dos atos homofóbicos no Brasil, como também uma análise das políticas públicas de gênero que vêm sendo implantadas recentemente. O aporte teórico de autores e autoras da temática de gênero e diversidade auxilia a compreender a homofobia no Brasil. A metodologia é de cunho qualitativo, por meio de entrevistas questionário com questões abertas, aplicadas aos professores/as, gestores/as, funcionários/as, e pedagogas/os do ensino fundamental e médio do Colégio Estadual Ivanete Martins de Souza, em Piraquara. Os resultados evidenciam o quão frágeis são os conhecimentos e o preparo dos agentes da educação para lidar com a realidade da homofobia no contexto escolar e a necessidade de políticas públicas que inibam a homofobia. Destaca-se neste contexto, a vontade das pessoas entrevistadas em contribuir com a pesquisa; bem como o apontamento da necessidade de uma formação continuada de qualidade.

Palavras-chave: diversidade, gênero, homofobia; políticas públicas.

Abstract: This article aims to analyze the educational intervention of the school community in relation to acts homophobic in this environment. It presents an official survey 2012 of homophobic acts in Brazil, as well as an analysis of public gender policies that have been implemented recently. The theoretical contribution of authors and authors of gender issues and diversity helps to understand homophobia in Brazil. The methodology is qualitative approach, through a questionnaire interviews with open questions, applied to teacher, managers, employees and pedagogues the elementary and high school of the State College Ivanete Martins de Souza, in Piraquara. The results show how fragile the knowledge and the preparation of educational agents to deal with the reality of homophobia in the school context and the need for public policies that inhibit homophobia. It is noteworthy in this context, the willingness of respondents interviewed and to contribute to the research, as well as the appointment of the need for continuing education of quality.

INTRODUÇÃO

A educação para a diversidade é um assunto que necessita ser discutido nas escolas, de uma forma livre de preconceitos e com aceitação ampla. Para isto faz-se necessário uma formação continuada de qualidade que deve ser oferecida a todos os profissionais que atuam na comunidade escolar, sendo que convivem com a temática diariamente no cotidiano escolar, para tanto é fundamental, incluir as diferenças, combater atitudes e comportamentos preconceituosos.

Sendo assim, devemos incluir os estudos sobre gênero nos cursos de formação para os profissionais da comunidade escolar, divulgar as principais produções bibliográficas sobre o assunto, incentivar novas pesquisas e promover o diálogo constante sobre esta temática. Estes são alguns procedimentos que envolveriam uma nova mudança curricular e uma nova prática pedagógica.

Nos dias atuais a homossexualidade é discutida na educação, na cultura, na saúde, na justiça, nos movimentos sociais, entre outras áreas. Tal fato deve-se a sociedade carecer de esclarecimentos sobre o tema. Quando buscamos falar em diversidade, estamos falando da humanidade e da vida em si. Entretanto a sexualidade sempre foi reservada ao campo da intimidade e ensinada nas escolas de forma restrita. No entanto, destaca-se que a sexualidade, o gênero e a diversidade estão presentes no cotidiano e na vida social, nas suas mais variadas manifestações e continua sendo excluído da escola na medida em que é encarado com ressalva por parte do corpo docente.

A escola e todos os atores que dela fazem parte, não podem omitir-se ou abster-se da discussão dos estudos sobre gênero e diversidade. Esta omissão histórica tem resultado em um grande índice de violência de todos os tipos sofrida por todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar, sejam elas heterossexuais ou homossexuais.

Estes são alguns dados divulgados pelo Governo Federal em 2012, a partir do Disque Direitos Humanos (Disque 100) houve um aumento de 166,09%, em relação a 2011 e grande parte acontecendo ao redor do seu lar: vizinhos (20,69%) e familiares (19,72%) e também nas diversas esferas do convívio social: escolas, trabalho, forças armadas, polícia, igrejas, hospitais e demais espaços públicos. As violências praticadas por desconhecidos representam (47,30%) das denúncias e 71,38% das vítimas são do sexo masculino e 20,15% do sexo feminino. Os tipos de

violações mais reportadas são a violência psicológica com 83,20%, sendo humilhações (35,32%), hostilizações (32,27%), ameaças (5,78%) e discriminações com 74,01%. Chama-se atenção para o alto percentual da discriminação, sendo que esta, está presente no ambiente escolar. A homofobia na escola é utilizada por sujeitos heterossexuais para discriminar pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida. E por fim, violência física com (32,68%), sendo esta cruel e permeada por crimes de ódio. Estas violências são tipificadas pelo código penal e são cometidas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumidas das vítimas, sendo muitas destas heterossexuais que possuíam características que os classificavam como LGBT, como por exemplo, uma discente que beija amiga em no ambiente escolar como demonstração de carinho e recebe hostilizações e ameaças em virtude desta atitude, em virtude da homofobia, sendo este,

O termo homofobia designa, assim, dois aspectos diferentes de uma mesma realidade: uma dimensão pessoal de natureza afetiva que se manifesta em uma repulsa aos homossexuais e uma dimensão cultural, de natureza cognitiva, na qual não é o homossexual enquanto indivíduo que é objeto da repulsa, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. Esta distinção permite compreender uma situação bastante difundida nas sociedades modernas, que consiste em tolerar e inclusive simpatizar com os membros do grupo estigmatizado, porém considerando inaceitável qualquer política de igualdade. (Borrillo, 2001, p. 23).

Ainda que a homofobia seja praticada por todos e todas da comunidade escolar, quando por meio da linguagem, institucionalizam o padrão heterossexual como normal, e disciplinam corpos, sujeitos e identidades procurando diariamente determinar a adequação e a punição para aqueles que desviam das normas; Regulamentando comportamentos de hierarquia de gêneros quando em situações cotidianas inferiorizam as mulheres, diferenciando atividades educativas entre os gêneros, como também, em relação à orientação sexual, praticada por meio de piadinhas, exclusões da participação de grupos de trabalho e abjeção, sendo esta explicada por Richard Miskolci, (2012), “em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é comunidade” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Diante destes fatos cabe à escola assumir uma postura de enfrentamento destas desigualdades e violências sofridas pela comunidade LGBT. Reconhecer a diversidade significa aceitar a ideia de que ser diferente não significa ser desigual, e

que os espaços na sociedade são para todos e todas. Muitos sujeitos têm sido excluídos de vários direitos sociais, inclusive o acesso e a permanência à escola. Considerando a importância da intervenção pedagógica de profissionais que atuam no âmbito escolar, esta pesquisa busca fornecer alguns subsídios teóricos acerca de questões relacionadas ao gênero e à diversidade, com o intuito de alertar para a necessidade de reconhecermos a importância de combater a homofobia no espaço escolar.

OBJETIVO GERAL

Averiguar como a comunidade percebe a homofobia no contexto escolar e o conhecimento da comunidade escolar em relação ao termo homofobia e seu significado, o conhecimento dos termos relacionado a gênero e diversidade e a formação continuada.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como quantitativa por meio de um questionário com perguntas abertas. Os participantes da comunidade escolar foram convidados aleatoriamente e aceitaram participar de acordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Com base em Minayo (1992, p. 69), as finalidades das análises da pesquisa qualitativa em termos de pesquisa social são: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte.

O questionário foi aplicado para professores/as, gestores/as, funcionários/as, e pedagogas/os do ensino fundamental e médio do Colégio Estadual Ivanete Martins de Souza em Piraquara, Paraná, conforme anexo 1. As perguntas foram direcionadas à temática de gênero e diversidade, sendo uma questão especificamente sobre a homofobia, conhecimentos gerais da temática e formação continuada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2004, o Ministério da Educação lançou o programa “Escola que Protege”, cujo propósito foi prevenir e romper o ciclo da violência contra crianças e adolescentes no Brasil e que os profissionais fossem capacitados para uma atuação qualificada em situações de violência identificadas ou vivenciadas no ambiente escolar.

Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia, dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura. (Parâmetros Curriculares Nacionais, Orientação Sexual, p. 283).

A escola não pode praticar a violência simbólica, conforme Bourdieu, (1989), ou seja, quando de forma subjetiva exerce relações de dominação ao impor a normatização social, silencia situações de opressão, violência física e psicológica e em alguns casos pune “o diferente” com a exclusão social.

Infelizmente a comunidade escolar atualmente está pouco aberta ao diálogo. A família que por questões culturais e religiosas estabelece padrões que devem ser seguidos, os colegas de sala simplesmente excluem o diferente e a educação sexual não é ofertada de maneira digna, para que ajude o jovem a definir sem culpa sua orientação sexual. Os padrões culturais estipulados na sociedade contemporânea são as relações heterossexuais e os que não seguem os padrões normativos sofrem a exclusão, a violência física e psicológica que se manifesta no ambiente escolar, na família e nos espaços públicos.

O caráter compulsório da heterossexualidade e como este se faz com que a cultura não admita um sujeito ser outra coisa além de um homem ou uma mulher, impondo também que a única forma legítima de amor e desejo sentidos por um homem esteja dirigida a uma mulher, e vice-versa. (BUTLER, 2003).

Sem dúvida, houve grandes avanços nas políticas públicas na última década, como a visibilidade do último Censo (IBGE, 2010), que pela primeira vez analisou a variável referente à coabitação com parceiro do mesmo sexo, constatando 60.002 que brasileiros e brasileiras tem uniões de pessoas do mesmo sexo e que alguns

órgãos oficiais já visualizam este fato, porém outros, particularmente alguns legisladores (vereadores, deputados estaduais e federais e senadores) demoram a avançar na proposição de políticas públicas para assegurar, prevenir, proteger, reparar e promover a igualdade entre sexos.

Sente-se uma distância entre a teoria e prática, ou seja, ainda levaremos um tempo para que as leis sejam efetivamente implantadas e que se realizem nas escolas, até porque exige um planejamento de longo prazo quando se trata de educação.

No tocante a violência contra pessoas LGBTs, mesmo diante de números assustadores de casos de crimes homofóbicos no Brasil, o mesmo não possui leis específicas que coíbam crimes de homofobia. O projeto de lei PLC122/06 que propunha punições específicas foi arquivado em janeiro de 2015. Atualmente a comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) tem sido alvo de um legislativo com movimentos conservadores religiosos. Apresenta-se uma mistura e confusão do culto religioso com o Estado laico. Sendo que as convicções religiosas não podem contribuir para a estagnação do progresso de novas leis e programas que visem à igualdade de gênero e diversidade. E ainda, em 2015, se acenou um retrocesso no que tange o plano nacional de educação para 2020 com a retirada da questão de gênero e orientação sexual apresentando-se um cenário ainda mais desafiador para o cotidiano escolar para o enfrentamento da homofobia.

Está em trâmite o projeto de lei: PL 6583/2013, chamado de “Estatuto da Família” em que considera a entidade familiar, o núcleo social formado a partir da união de um homem e uma mulher. Tal projeto pode revogar direitos já conquistados por não heterossexuais no que condiz a união, casamento e adoção, partindo de pressupostos religiosos e relações de poder de cunho machista e patriarcal remetendo ao gênero e a sexualidade diversas intervenções.

O Gênero é permeado por construções sociais e estruturas capazes de promover diversas consequências como sofrimentos e limitações à liberdade das pessoas quando fatos ideológicos e institucionais privilegiam a heterossexualidade, a desigualdade entre homens e mulheres e as construções sociais, incluindo leis, regras políticas, organizações públicas e privadas, a educação formal e da mídia de massa em favor do poder masculino.

Como também a sexualidade é um tema cercado de tabus, valores culturais e morais, e de difícil abordagem para a maioria das professoras e professores. É

preciso orientá-los para uma utilização de conteúdos de gênero e diversidade para que a escola seja um espaço democrático e livre de preconceitos. A educação para a diversidade é um assunto que necessita ser discutido nas escolas, de uma forma livre de preconceitos e com aceitação ampla. Para isto faz-se necessário uma formação continuada de qualidade, aqui compreendida por ações de longo prazo com revisões contínuas e com acompanhamento de sua aplicabilidade na escola com constantes aperfeiçoamentos para toda a comunidade escolar. A comunidade escolar precisa estar preparada para lidar com a diversidade nas salas de aula, combater atitudes e comportamentos preconceituosos como também devem ser respaldados por políticas públicas de coibição da violência.

As diferenças sempre foram vistas com maus olhos e a sociedade é educada para perpetuar a padronização de comportamentos, relações sociais e afetivas. Cabe à escola, que é um espaço público e laico, desconstruir conceitos arcaicos, preconceituosos e delimitadores do ser humano e sua sexualidade. O que pode incomodar tanto a maioria das pessoas, simplesmente a diferença, Lopes (1997), esclarece que as diferenças são ensinadas, “os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente”.

Quando os entrevistados da comunidade escolar são questionados sobre o que é homofobia, revelam que conhecem a palavra, porém, ao se depararem com a segunda parte da questão, “o que é homofobia, saberia defini-la?” Muitos não souberam definir a palavra “homofobia” de forma correta, e outros ainda deixaram a resposta em branco. Previamente, estes resultados revelam que nem todos os profissionais estão preparados para a temática de gênero e diversidade.

Quando buscamos falar em diversidade, estamos falando da humanidade e da vida em si. Entretanto a sexualidade sempre foi reservada ao campo da intimidade.

Apesar do tema estar presente no cotidiano e na vida social, nas suas mais variadas manifestações, o tema continua sendo excluído da escola na medida em que é encarado com ressalva por parte do corpo docente “a abjeção”, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é comunidade” (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Com a democratização do acesso ao conhecimento a escola deixou de ser um espaço para brancos e pessoas com mais poder aquisitivo, e passou a ser um espaço de todos; negros, indígenas, pobres, homossexuais lésbica, transexuais, etc. Porém a escola pública ainda não está preparada para lidar com toda essa diversidade, visto que ela ainda é excludente e preconceituosa. Os espaços contemporâneos, por outro lado, longe de ser o lugar da homogeneidade cultural, é marcado pelo encontro - e pelo conflito – de diferentes grupos (SÉRGIO CARRARA, 2009)

A escola deve ser um espaço de construção do respeito e da tolerância aos valores culturais que cada aluno trás de sua casa, não esquecendo, tão pouco se omitindo, da função de influenciar o modo de pensar dos alunos no que diz respeito à convivência harmoniosa e a valorização da diversidade no ambiente escolar. Algumas direções escolares não assumem uma postura inclusiva e laica, tem medo de processos na Secretaria de Educação, reclamações de pais, reclamação de professores, problemas pedagógicos e por fim, para evitar conflitos não incentivam ações transformadoras em seu cotidiano, o que é lamentável. Todavia, será que estamos respeitando e ofertando a dignidade a esses discentes? Lembrando que a educação deve ser cidadã e não apenas focada em ementas e conteúdos programáticos. É preciso formar cidadãos que compreendam e questionem o mundo que vivem.

Frente a estes problemas a equipe pedagógica e a maioria dos professores preferem silenciar, de forma conivente, diante dos preconceitos e desigualdades que a escola reproduz. A escola em referência na pesquisa tem alto índice de abandono escolar, problema este que poderia ser diminuído caso professores, funcionários, equipe pedagogia e direção olhassem com igualdade para diversidade dos alunos. Destaca-se a notória necessidade de capacitação para que profissionais da educação e gestores consigam lidar com a diversidade, pois uma constatação surge na maioria das respostas do questionário; os profissionais não estão capacitados/as para lidar com este tema e por isso se calam diante de tantos atos de preconceito e discriminação, como afirma uma pedagoga da escola.

Quanto à questão de gênero, em geral os profissionais da educação lançam mão de suas próprias concepções, que muitas vezes é baseado na religião e conceitos midiáticos de senso comum.

Gênero é o conceito formulado nos anos 70 com profunda influência do pensamento feminista. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há macho e fêmea na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. (Gênero e Diversidade na Escola, livro de conteúdo, 2009).

A pesquisa procurou evidenciar quais termos e palavras comuns nos estudos sobre gênero à comunidade escolar têm conhecimento. A pergunta consistia em assinalar as palavras que os entrevistados julgassem conhecer o significado. As palavras e termos usados foram: Gênero, Identidade de Gênero, Travesti, Transexual, Heterossexualidade, Bissexualidade, Lésbica, Orientação sexual, Gay. A maioria dos profissionais desconhecia os termos e palavras e os que se arriscaram a conceituá-las, fizeram de maneira totalmente errônea. Alguns responderam baseados em conceitos e crenças pessoais. As Crenças e valores pessoais misturaram-se a um saber sem aprofundamento teórico, fazendo com que as questões de gênero fiquem na obscuridade ou nem sejam percebidas (AVILA; TONELI; ANDALO, 2011).

Quanto à formação continuada e os estudos de gênero, a comunidade escolar teve a oportunidade de dizer se achavam importantes os estudos de gênero e apresentar sugestões para a inclusão da temática no cotidiano escolar. Todos responderam que os estudos de gênero em momentos de formação continuada são muito importantes. Alguns responderam que sentem falta do tema e sentem-se despreparado para lidar com a homofobia e preconceitos diversos em sala de aula.

Destaca-se que a resposta positiva dos entrevistados ressaltando a importância dos estudos de gênero não garante a imparcialidade e sensibilidade na hora de lidar com o tema. O preconceito muitas vezes é negado por quem trabalha na educação, mas ele existe e deve ser pensado como uma realidade na escola. Algumas pedagogas apontaram a falta de sensibilização dos profissionais de educação para lidar com a discriminação e o preconceito. A equipe pedagógica encontra dificuldades com alguns professores que colocam sua religião como empecilho para tratar do tema em sala de aula.

Ao inserir questões de gênero na prática pedagógica, as professoras e professores estão assumindo um posicionamento político relacionado ao combate às desigualdades e a desmistificação da neutralidade da escola. Estão saindo de sua zona de conforto e reconhecendo a necessidade de “perturbar certezas para ensinar a crítica e a autocrítica, para desalojar hierarquias”. (LOURO, 2001, p. 124).

Os Professores e funcionários sugeriram que os estudos de gênero devem estar presentes e previstos no Projeto Político Pedagógico e que também sejam ofertados cursos sobre o tema. Entretanto não há dúvidas de que o desafio é grande, pois sabemos que não é a formação continuada que irá mudar a carga de preconceito existente nas escolas, mas sim a postura dos agentes da educação; porém é sabido que estudos e reflexões das práticas sociais e culturais através dos tempos podem mudar a forma de pensar e compreender o contexto como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, profissionais que trabalhamos na educação, devemos estar atentos às transformações em nossa volta. Não podemos negar que nossos alunos estão descobrindo sua identidade de gênero e estão construindo relacionamentos homoafetivos. As desigualdades, os preconceitos, as discriminações estão muito presentes no cotidiano escolar; reforçados muitas vezes, por nossa omissão, ignorância e intolerância, sendo estas manifestadas por meio da homofobia em suas diversas formas perversas de exclusão e violência construída pela ampliação das diferenças.

O fato é que nossos alunos não podem deixar os estudos por causa da sua de seu gênero e orientação sexual. Sendo esta uma responsabilidade ética atribuída a todos da comunidade escolar, tendo em vista, que os mesmos devem ser preparados para a promoção da igualdade de gênero e para o exercício do pleno do direito da vivência de desejos e expressões de comportamentos sexuais de forma livre e satisfatória.

O que chama a atenção é o despreparo dos profissionais da educação para enfrentar a homofobia no ambiente escolar, bem como o fato de lançarem mão de conceitos de senso comum e crenças pessoais para abordarem as questões de gênero e diversidade na escola, tornando-se apáticos, diante das situações cotidianas de homofobia tendo como consequências a evasão escolar.

Sugere-se a inserção dos estudos de gênero nos Projetos Político Pedagógico de todas as escolas, como também a formação continuada, com aprofundamento teórico sobre o assunto, tendo em vista que as diferenças são ensinadas. Constantes debates com a comunidade escolar são fundamentais para prevenir e combater acontecimentos homofóbicos no cotidiano escolar e para

embasar as práticas educacionais para a promoção da igualdade em todos os ambientes do espaço escolar. E para finalizar, a ampliação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero, a punição contra atos homofóbicos e a plena igualdade do exercício da sexualidade.

REFERÊNCIAS

AVILA, André Heloy; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 16, n. 2, jun. 2011.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha, Bellaterra, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.

BUTLER Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sergio. **Gênero e Diversidade na Escola**. Livro de Conteúdos, versão 2009.

DINIZ, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em revista**, n. 39, 2011.

Diretrizes e bases da Educação Nacional. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm acesso em 12/06/2015.

Gênero e Diversidade na escola: Formação de Professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo, CEPESC, Brasília, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. <<http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/01/2016.

MINAYO, MCS. (Org.) DESLANDES, Suely Ferreira; NETO Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social**. 14ª Edição. Editora: Vozes, 1996.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOPES, Edward. **A Identidade e a Diferença**. Editora Edusp, São Paulo, 1997.

MISKOLCI, Richard; JUNIOR, Jorge Leite. **Diferenças na educação: outros aprendizados**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 253p.

POCAHY, Fernando. (Org.). **Rompendo o Silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade**. Porto Alegre: Nuances, 2007.

RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO DE 2012. Secretaria de Direitos Humanos. <<http://www.sdh.gov.br/2012>>. Acesso em 30/10/2015.

TORTATO, Cíntia Souza Batista. **Preconceito na Escola: Negação, Descoberta e Repetição**. Coletânea de Artigos. Rio de Janeiro: Editora Autográfica, 2015.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA QUALITATIVA

- 1) Você já ouviu falar na palavra homofobia? Saberá defini-la?
- 2) Marque com um “ X” as palavras ou temas que vê já ouviu falar;
 - Gênero
 - Identidade de Gênero
 - Travesti
 - Transexual
 - Heterossexualidade
 - Bissexualidade
 - Lésbica
 - Orientação sexual
 - Gay
- 3) Qual destas palavras você saberia definir?
- 4) Você já participou de alguma formação em gênero e diversidade?
- 5) Você acha importante os estudos de Gênero e diversidade estarem presentes na formação continuada de professores/as e funcionários/as?
- 6) Caso ache importante, quando e como esta formação poderia ser feita?